

O debate de gênero e sexualidade e a formação de professoras/es de Ciências e Biologia: da LDB à Base Nacional Comum para a Formação de Professores

The gender and sexuality debate and the training of Science and Biology teachers: from LDB to the Common National Base for Teacher Training

Mariana Nô Xavier

Universidade Estadual de Santa Cruz
marinxavier21@gmail.com

Shirlene Gomes da Silva Oliveira

Universidade Estadual de Santa Cruz
sgsoliveira@uesc.br

Viviane Borges Dias

Universidade Estadual de Santa Cruz
vbdias@uesc.br

Resumo

Para a efetivação de uma educação comprometida com a superação de problemas sociais, é fundamental discutir a política de formação docente. A sociedade brasileira é marcada por graves questões, como por exemplo a desigualdade de gênero e o sexismo, o que pode acabar gerando desigualdade salarial entre homens e mulheres, diversas formas de violência, como o feminicídio. Assim, é fundamental que a escola esteja atenta a essas questões e os/as professores/as sejam preparados/as para essas discussões na sala de aula. Esse trabalho teve como objetivo analisar a discussão das temáticas de gênero e sexualidade nas políticas de formação de professores/as, em especial de Ciências e Biologia, observando documentos como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNCFP). Os resultados apontam para o distanciamento das políticas recentes de temas como gênero e sexualidade.

Palavras chave: formação docente, gênero, sexualidade, LDB, BNCFP

Abstract

For the effectuation of an education committed to overcoming social problems, it is essential to discuss teacher training policies. Brazilian society is marked by serious issues, such as gender inequality and sexism, which can up generating wage inequality between men and women, various forms of violence, such as femicide, for example. Thus, it is essential that the school is aware of these issues and that teachers are prepared for these discussions in the

classroom. This study aimed to analyze the discussion of the themes of gender and sexuality in teacher education policies, especially in Science and Biology, observing documents such as the Law of Guidelines and Bases (LDB) and the Common National Base for Teacher Training (BNCFP). The results point to the departure from recent policies from themes such as gender and sexuality.

Key words: teacher training, gender, sexuality, LDB, BNCFP

Introdução

A sala de aula é um importante espaço para a discussão de temas que afetam a nossa sociedade. Para pensar a superação de problemas como a violência de gênero, o sexismo, a LGBTfobia, é preciso pensar uma educação comprometida com essas questões. Não há como pensar uma escola inserida em uma sociedade que apresenta esses problemas, sem que ela tenha o compromisso em superá-los. No Brasil, segundo o Atlas da Violência (2019), houve um aumento de 30,7% no número de feminicídio, entre os anos de 2007 e 2017. Além disso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a diferença salarial entre homens e mulheres ocupando a mesma função e com o mesmo grau de escolaridade, é de 20,5%. Portanto, pode-se verificar que a desigualdade de gênero representa um problema latente no país.

É fundamental que a formação docente esteja comprometida com as questões sociais mais urgentes. Gatti (2010) nos traz a reflexão de como é importante que a profissionalização docente seja capaz de construir ações, não ficando apenas no campo das discussões teóricas. Nesse sentido, é importante debater uma formação que seja capaz de fazer o/a professor/a refletir sobre suas práticas, para que dessa forma possa ter condições de intervir nas questões apresentadas. Não se pode perder de vista, que a sala de aula não deixa de ser um reflexo da sociedade, portanto, os problemas também se apresentam nesse espaço.

Em 2019, foram apresentadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação de Professores (BRASIL, 2019). Nessa nova diretriz, é instituída a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNCFP), que foi aprovada em 2020. De acordo com Rodrigues, Pereira e Mohr (2020), a primeira vez que apareceu nos documentos sobre a necessidade uma BNCFP foi no ano de 2015, nas DCN para a formação de professores: “A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente [...]” (BRASIL, 2015, p. 5-6).

A BNCFP está em sintonia com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os dois documentos foram aprovados sem ampla discussão com os/as professores/as e com as entidades que os/as representam e fazem parte, por isso podem ser ineficientes para solucionar os problemas que a educação apresenta ao longo dos anos. A esse respeito, Gatti (2014, p.43) afirma: “Reformas ou inovações na educação escolar básica não ganham fôlego, não se realizam, sem a participação qualificada de professores.”.

Por serem tão importantes, a BNCFP e a BNCC merecem muita atenção, pois são responsáveis por orientar toda educação brasileira, incluindo desde a formação docente até o currículo escolar. É importante ressaltar que esses documentos apresentam lacunas, no que diz respeito a uma formação mais comprometida com questões sociais, como a busca pela superação das desigualdades, que tanto marcam nossa sociedade. Essas questões sociais, também perpassam pela desigualdade de gênero. Dessa maneira, discutir gênero e sexualidade

na escola é fundamental, pois esses temas ainda são considerados tabus para muitas famílias. Portanto, esse trabalho precisa ser realizado na sala de aula. Nesse sentido, as aulas de Ciências e Biologia tem centralidade nesse processo, pois muitas vezes conceitos científicos ou pseudocientíficos são usados para perpetuar preconceitos, como destacam Senkevics e Polidoro (2012, p.20): “Adquirindo tal olhar, torna-se ainda mais inaceitável sustentar o determinismo biológico ou qualquer outro pensamento das ciências biológicas que, a seu modo, reproduza posturas discriminatórias.”.

Ademais, vale destacar como a sociedade usa os temas de gênero e sexualidade para moldar a pessoas, com o intuito de manter uma ordem que atende aos interesses de determinados grupos já privilegiados. Para Louro (2000, p.9), “Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente”. Dessa forma, pode-se compreender a influência que a sociedade tem sobre os nossos corpos e de como há toda uma engrenagem para nos dizer o que é aceito ou não.

Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, realizada em 2020, em uma universidade estadual baiana. Considerando o exposto, seu objetivo é analisar, em que medida, as temáticas de gênero e sexualidade estão presentes nos documentos que tratam sobre a formação dos/as professores/as, dando ênfase na abordagem desses conteúdos, na formação de professores de Ciências e Biologia.

Método

O trabalho possui abordagem qualitativa, do tipo exploratória. Quanto ao delineamento, o estudo é classificado como análise documental. Para Lüdke e André (1986, p.38), este tipo de pesquisa “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos os novos de um tema ou problema”.

Os documentos analisados para a realização desse trabalho foram a Lei de Diretrizes e Base (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Docente (BRASIL, 2015; 2019), a Base Nacional Comum Curricular e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores.

A metodologia de análise de dados foi a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016) e o *corpus* da pesquisa foi constituído pelos documentos supracitados. Os resultados foram organizados em três categorias de análise: a) A discussão de gênero na BNCC: o que (não) há de novo?; b) A abordagem da temática de sexualidade na BNCC: desafios e perspectivas; e, c) O debate de gênero e sexualidade e a formação docente: da LDB à BNCFP. No entanto, nesse trabalho, será apresentada apenas a última categoria, por abarcar aspectos da discussão de gênero e de sexualidade, articuladas com a formação de professores.

Resultados e Discussão

Os dados apresentados aqui fazem parte da categoria de análise “*O debate de gênero e sexualidade e a formação docente: da LDB à BNCFP.*”.

Após a análise, foi possível identificar retrocessos, no que diz respeito ao debate de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências e Biologia. Alguns documentos anteriores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de formação de professores/as, eram muito mais

avanzados se comparados com as DCN de 2019, por exemplo, que destoa até mesmo da Lei de Diretrizes de Bases de 1996.

A formação docente é essencial para avançar com mudanças progressistas no processo de ensino e aprendizagem. Ao discutir a necessidade da inserção de temas desafiadores e necessários, como gênero e sexualidade na Educação Básica, é preciso pensar como as/os professoras/es tem se preparado para isso. O que as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores orientam para esse debate? Quais os apontamentos feitos pela Lei de Diretrizes e Bases? Há a abordagem da temática sexualidade na Base Nacional Comum para a Formação de Professores – (BNC Formação)?

É preciso refletir sobre todas essas questões. Ademais, é fundamental analisar como os cursos de licenciatura discutem sobre essas temáticas, em especial os cursos de Ciências Biológicas, já que o assunto de sexualidade sempre foi delegado para as disciplinas de Ciências e Biologia. A universidade deve estar sempre atenta às reais necessidades da sociedade. É relevante pensar este espaço como um lócus formativo de discussões e que esteja sempre em diálogo com a Educação Básica para que juntas pensem soluções para as lacunas apresentadas.

A LDB, que é respaldada pela Constituição Federal (CF), também defende uma educação voltada para o respeito à liberdade e às diferenças, bem como orienta a vinculação entre a educação e as práticas sociais (BRASIL, 1996). No entanto, esses dois documentos não tornam explícitos como isso se dará, mesmo porque eles não são orientadores curriculares. As DCN de formação de professores, aprovadas em 2002, não tratam especificamente sobre a discussão de gênero e sexualidade (BRASIL, 2002). No entanto, conseguimos avançar bastante no que tange a abordagem de temas socialmente relevantes com a homologação das DCN de formação de professores de 2015 (BRASIL, 2015). Apesar de todas as contradições que estavam postas naquele período, como o *impeachment* em curso da ex-presidenta Dilma Rousseff, o documento traz questões relevantes para a discussão. Portanto, prova-se que em momentos de crises também é possível avançar. A esse respeito destacamos um trecho da referida DCN:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação [...]direitos humanos, diversidades étnico-racial, **de gênero, sexual,** religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p. 30, grifo nosso).

Esse era o caminho que esperávamos seguir para que pudéssemos de fato cumprir aquilo que é definido pela Constituição e pela LDB, considerando a educação como uma prática social e comprometida com o exercício da cidadania. No entanto, em dezembro de 2019, as DCN de formação de professores foram revistas e foram homologadas as novas diretrizes. Nesse contexto, foi instituída a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNCFP). A BNCFP foi instituída pela resolução CNE/CP nº1/2020, sem nenhuma forma de diálogo com as organizações que tratam da formação docente e em um momento em que as instituições ainda se adequavam às DCN 02/2015. Em um cenário difícil, em que a crise sanitária provocada pelo novo Coronavírus aprofunda as desigualdades sociais do nosso país, o CNE resolve avançar com uma proposta tão descabida, de forma unilateral, sem diálogo e sem respeito por aquelas organizações que tratam sobre a formação docente. O Brasil está mergulhado na maior crise sanitária que já enfrentou em sua história recente, em que mais de 250 mil vidas já foram perdidas, e o governo está, de fato, “Passando a boiada”.

Assim como a BNCC, a BNCFP também é pautada em competências e habilidades. Segundo o terceiro artigo do referido documento, as competências a serem desenvolvidas pelas/os professoras/es são “conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional.” (BRASIL, 2020, s/p.). Ademais, esse documento supervaloriza a formação continuada. Não afirmamos que a formação continuada dos docentes não seja relevante, no entanto, é preciso que fiquemos atentas/os aos possíveis desdobramentos que essa questão pode ter. O investimento na formação inicial de professoras/es não pode ser desvalorizado e/ou esquecido.

Nesse sentido, por estar atrelada a BNCC, a BNCFP deixa de trazer questões importantes, como a de gênero e sexualidade. A Base de formação docente faz menção à discussão de gênero apenas uma vez, sendo tal debate tratado como uma competência específica e habilidade da dimensão do conhecimento profissional: “Promover o respeito e a participação de todos os alunos nas ações educativas, considerando a diversidade étnica, de gênero, cultural, religiosa e socioeconômica” (BRASIL, 2020, s/p).

O documento não faz nenhuma menção sobre a questão da sexualidade, assim como é muito superficial com relação à discussão de gênero. Ou seja, conseguimos retroceder ainda mais quando se trata da formação docente. Saímos de uma diretriz que considerava importante tais discussões para uma BNCFP que as desconsidera. Dessa forma, temos uma Base que orienta a formação de professoras/es e que desrespeita até mesmo a CF e a LDB. Apesar de se pautar na LDB para fundamentar a sua formulação, a BNCFP não se atenta para a questão das práticas sociais defendidas por essa lei.

Convém reafirmar que a escola está inserida em um cenário de desigualdades. Desconsiderar isso implica em não pensar que a escola tem o compromisso de chegar até a realidade das pessoas. Ademais, é preciso pensar, até que ponto a escola pública poderá ficar para trás com a aprovação dessa Base, uma vez que os conteúdos sociológicos e filosóficos continuarão sendo abordados nas escolas particulares. É fundamental salientar que a formação docente tem sido tema de constante preocupação pelas/os pesquisadoras/es da área. A esse respeito, Gatti (2017, p. 722) destaca que “Pensar e fazer a formação de professores envolve considerar condições situacionais e conscientizar-se das finalidades dessa formação, considerar os porquês, o para quê e o para quem é realizada essa formação, assumindo compromissos éticos e sociais.” A autora defende ainda, uma formação comprometida com questões sociais e evidencia como esse é um território de disputa, ou seja, que todos os campos precisam pautar suas questões. No entanto, o que se verificou com a aprovação da BNCFP foi a falta de diálogo. Não houve disputa, apenas a aprovação de um documento que não tem sintonia com as necessidades históricas da formação docente.

Defender uma formação docente comprometida com questões socialmente relevantes implica focar na formação inicial e continuada. Não se pode apenas responsabilizar uma das esferas, visto que tanto os cursos de licenciatura, como os cursos feitos ao longo da vida profissional precisam assumir essa responsabilidade.

De modo geral, as/os professoras/es de Ciências e Biologia acabam trabalhando o assunto de sexualidade somente da forma que o Livro Didático indica, ou seja, tratando apenas aspectos biológicos e a questão de gênero acaba não sendo discutida. Segundo o Plano Nacional de Educação - PNE (2014), são poucos os cursos oferecidos para a formação continuada sobre as temáticas de diversidade sexual e gênero (BRASIL, 2014).

As razões para desconfiar dos motivos de toda essa movimentação sobre as políticas de currículo não são poucas, como já ficou evidente. Temos cada vez mais uma formação voltada para questões técnicas. Para nós, professoras/es de Ciências e Biologia, é tempo de resistir, pois desde que nossa área passou a ser vista como fundamental para o aprimoramento

da tecnologia, ela passou a ocupar cada vez mais espaço nas discussões de currículo e de formação. No entanto, esse desenvolvimento das tecnologias não está ligado necessariamente ao melhor bem-estar de todas as pessoas e da sociedade, pois sabemos que os serviços não chegam para todas/os de forma igualitária. Essas Bases foram aprovadas a portas fechadas. No entanto, apesar do cenário desanimador, podemos pensar sim, que é possível discutir e fazer uma Educação Básica comprometida com o desenvolvimento do sujeito nos dois âmbitos, seja técnico ou social.

É imprescindível que a universidade possibilite esse debate nos cursos de licenciatura, pois são espaços potenciais para a discussão das questões apresentadas. Não é possível pensar a formação docente, sobretudo de Ciências e Biologia, desarticulada de temas como gênero e sexualidade, bem como da superação das discriminações sofridas pelas mulheres, da LGBTfobia e em todo tipo de violência decorrente desses problemas.

Considerações Finais

Vivemos um tempo de retrocessos, no que diz respeito a uma educação que busca a discussão de temas relevantes na nossa sociedade. Isso fica evidente na quase total ausência da discussão de gênero e sexualidade, em documentos como a BNCC e a BNCFP.

É fundamental destacar que o Brasil apresenta altos índices de desigualdade de gênero, portanto, não há como deixar de discutir essas questões na sala de aula. Nesse cenário, as/os professoras/es de Ciências e Biologia são fundamentais, visto que o assunto de sexualidade, tradicionalmente, sempre ficou a cargo dessas disciplinas. No entanto, é preciso ter um olhar amplo e político sobre esses debates, para que eles não sejam reduzidos apenas aos aspectos biológicos. Apesar do período difícil, é preciso entender que esse não é o fim do caminho. A partir da organização de entidades representativas da educação, como sindicatos, associações, bem como aquelas de estudantes, podemos superar os absurdos apresentados nessas Bases. Esse trabalho busca contribuir com isso, para que através da discussão ampla acerca da temática apresentada, possamos encontrar alternativas para termos uma educação emancipadora.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.** Brasília, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.** Brasília, 2015.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U., Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.** Brasília, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 01, 20 de outubro de 2020. **Base Nacional Comum para a Formação de Professores.** Brasília, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum para a Formação de Professores.** Brasília, 2020.

BRASIL, **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. MEC; BRASIL. Plano Nacional de Educação-PNE.

GATTI, Bernadete. A formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 10 set. 2020.

GATTI, Bernadete. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**. São Paulo, n. 100, p. 33-46, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164/79909>. Acesso em: 23 nov. 2020.

GATTI, Bernadete. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo e Educação**. Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/8429/17739>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua - PNAD Contínua. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Brasília, 2019.

IPEA. ATLAS DA VIOLÊNCIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

RODRIGUES, Larissa Zancan; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. O Documento “Proposta para Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNCFP)”: Dez Razões para Temer e Contestar a BNCFP. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. Belo Horizonte, v. 20, p. 1-39, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/16205/15250>. Acesso em: 13 out. 2020.

SENKEVICS, Adriano; POLIDORO, Juliano. Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade. **Revista da Biologia**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 16-21, 2012.